



Golpistas que já caíram



Golpistas que têm de cair

Golpe desmascarado!

Em diálogos gravados em março pelo ex-presidente da Transpetro, Sérgio Machado, e divulgados recentemente, os principais articuladores do impeachment da presidente Dilma Rousseff, senador Romero Jucá (ex-ministro do Planejamento do governo golpista por 11 dias), e o presidente do Senado, Renan Calheiros tramam o golpe que culminou no afastamento da presidente eleita democraticamente por 54 milhões de brasileiros, tendo como tarefa complementar suspender a continuidade da “Operação Lava-Jato”, a partir

de um acordo nacional com a participação dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). Também vazaram gravações com ex-presidente José Sarney e o ex-ministro da Transparência, Fiscalização e Controle (extinta Controladoria-Geral da União - CGU), Fabiano Silveira (exonerado do cargo dia 31/05). No entanto, sua saída não significa a devolução das atribuições da ex-CGU. Em quase todos os áudios, Aécio Neves é citado. A opinião de todos os envolvidos nas gravações é de que para parar a Lava-Jato era necessário derrubar Dilma e o PT.

Trecho do diálogo de Romero Jucá com Sérgio Machado, divulgado dia 23/05.

[...]

■ **MACHADO** - Rapaz, a solução mais fácil era botar o Michel [Temer].

■ **JUCÁ** - Só o Renan [Calheiros] que está contra essa porra. ‘Porque não gosta do Michel, porque o Michel é Eduardo Cunha’. Gente, esquece o Eduardo Cunha, o Eduardo Cunha está morto, porra.

■ **MACHADO** - É um acordo, botar o Michel, num grande acordo nacional.

■ **JUCÁ** - Com o Supremo, com tudo.

■ **MACHADO** - Com tudo, aí parava tudo.

■ **JUCÁ** - É. Delimitava onde está, pronto.

[...]

Trecho do diálogo entre Renan Calheiros e o Sérgio Machado, divulgado dia 25/05.

[...]

■ **RENAN** - Antes de passar a borracha, precisa fazer três coisas, que alguns do Supremo [inaudível] fazer. Primeiro, não pode fazer delação premiada preso. Primeira coisa. Porque aí você regulamenta a delação e estabelece isso.

■ **MACHADO** - Acaba com esse negócio da segunda instância, que está apavorando todo mundo.

■ **RENAN** - A lei diz que não pode prender depois da segunda instância, e ele aí dá uma decisão, interpreta isso e acaba isso.

■ **MACHADO** - Acaba isso.

■ **RENAN** - E, em segundo lugar, negocia a transição com eles [ministros do STF].

■ **MACHADO** - Com eles, eles têm que estar juntos. E eles não negociam com ela.

■ **RENAN** - Não negociam porque todos estão putos com ela. Ela me disse e é verdade mesmo, nessa crise toda –estavam dizendo que ela estava abatida, ela não está abatida, ela tem uma bravura pessoal que é uma coisa inacreditável, ela está gripada, muito gripada– aí ela disse: ‘Renan, eu recebi aqui o Lewandowski, querendo conversar um pouco sobre uma saída para o Brasil, sobre as dificuldades, sobre a necessidade de conter o Supremo como guardião da Constituição. O Lewandowski só veio falar de aumento, isso é uma coisa inacreditável.’

ACESSE A ÍNTEGRA DOS DIÁLOGOS NO NOSSO SITE

Temer anuncia pacote de maldades

O projeto “Ponte para o Futuro” que vem sendo implementado por Michel Temer é na verdade um pacote de maldades que retira direitos da classe trabalhadora, que atende a agenda neoliberal e privatista dos golpistas, e que tem como característica principal o arrocho na área de maior impacto para a população, a social. A proposta dos golpistas em nenhum momento afeta a

parcela mais rica da população, prevendo a taxaço de lucros e dividendos de empresas, a regulamentação de um imposto sobre grandes fortunas, um aumento na taxaço de grandes heranças ou alteração na tabela do Imposto de Renda, cobrando bem mais de quem ganha mais e isentando a maior parte da classe média.

Veja as propostas anunciadas por Temer, dia 24/05:

✓ Limitar gastos públicos

Michel Temer disse que mandará uma emenda constitucional ao Congresso para limitar o crescimento dos gastos públicos a cada ano ao equivalente à inflação. (leia-se: inviabilizar reajustes salariais, suspender a realização de concursos públicos e investimentos nos serviços públicos, precarizando ainda mais a qualidade do serviço público).

✓ Revisar o limite para as despesas com saúde e educação

Henrique Meirelles (ministro da Fazenda do governo golpista) afirmou que as despesas com saúde e educação também deverão obedecer ao limite máximo para crescimento de gastos públicos. A estimativa é de que, com a adoção do limite máximo, as despesas públicas em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) caíam de 1,5% a 2% nos próximos três anos.

✓ Fim da poupança do pré-sal e abertura ao capital estrangeiro

Temer anunciou que pretende acabar com o Fundo Soberano e usar seus recursos (atualmente, cerca de R\$ 2,4 bilhões) para reduzir o endividamento público. (leia-se: mais dinheiro para os banqueiros). Obs: acabar com o fundo, envolve vender ações do Banco do Brasil. Além disso, vai priorizar projeto, já aprovado pelo Senado, que desobriga a Petrobras de ser a operadora única e de ter participação mínima de 30% nos grupos formados para explorar petróleo no pré-sal.

✓ Pagamento antecipado pelo BNDES

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) pagará R\$ 100 bilhões de sua dívida com a União. O primeiro pagamento deve ser de R\$ 40 bilhões, seguido de outras duas parcelas de R\$ 30 bilhões cada. O que, provavelmente, afetará a capacidade do BNDES de financiar a produção no país.

Resolução da Diretoria Executiva

Gestão 2013-2016

O Sindsep-DF vem a público esclarecer que não reconhece golpistas como governantes. Michel Temer usurpou a Presidência da República por meio de um golpe orquestrado pelo capital e consumado pelo judiciário e pelo legislativo em estreita colaboração com os grandes meios de comunicação que culminou com o afastamento da presidenta Dilma Rousseff, apesar da inexistência de crime de responsabilidade, o que torna esse impeachment um golpe contra o mandato da presidenta Dilma, legitimamente eleita com mais de 54 milhões de votos.

Neste sentido, a Diretoria Executiva do Sindsep-DF reafirma a sua posição em defesa da democracia, dos direitos dos servidores e por um serviço público de qualidade e gratuito. O sindicato está junto com a CUT, a CONDSEF e os demais movimentos sociais exigindo o respeito do voto popular e convoca todos os servidores a se unirem aos demais trabalhadores do campo e da cidade na resistência para derrotar o golpe.

[...]

Para a direção do Sindsep-DF, a luta contra o retrocesso pretendido e anunciado será travada pela classe trabalhadora em conjunto com os movimentos sociais nas ruas, nos locais de trabalho, na luta constante para impedir que o Brasil recue do ponto de vista democrático e civilizatório. Por isso, toda a direção do Sindsep-DF, bem como as Seções Sindicais, assumem a tarefa de organizar a resistência em cada local de trabalho, convocando imediatamente assembleias para discutir, organizar e implementar a luta.

Brasília, 18/05/2016

**Leia documento completo
no nosso site**

Nossa palavra de ordem é **RESISTÊNCIA**

Abaixo o Golpe! Em defesa dos direitos! Fora Temer!

Resistir ao golpe é defender os direitos e conquistas dos servidores e demais trabalhadores. Mas para derrotar o golpe é necessária e imprescindível a construção da greve geral da classe trabalhadora e a ocupação dos órgãos públicos. Por isso, o Sindsep-DF vem trabalhando

em conjunto com a Condsef e a CUT para esclarecer a categoria as razões e consequências do golpe. Especialmente neste momento em que falta indignação geral, discussão e ação em relação ao que está se passando no governo federal. Afinal, motivos para se indignar não faltam:

- “Michel Temer prometeu uma equipe de notáveis, mas entregou um ministeriado sem mulheres e repleto de políticos investigados por corrupção, desvio de verbas e citações na Operação Lava Jato.
- A Controladoria Geral da União (CGU) ser enfraquecida, perdendo poder de intervir nas irregularidades que identificar nos ministérios (que combate à corrupção é esse?)
- O desmonte do SUS (inclusive eliminando exigência constitucional de um mínimo de investimento em saúde pública) e a defesa dos planos de saúde, como alternativa para a população.
- A PEC 143/2015 (Proposta de Emenda à Constituição) foi apresentada inicialmente pelo senador Dalirio Beber (PSDB-SC). Posteriormente foi acolhida ao substitutivo do senador Romero Jucá (PMDB-RR), que será analisado no plenário em segundo turno. A PEC permite aos estados, Distrito Federal e municípios aplicarem em outras despesas 25% dos recursos hoje atrelados a áreas específicas, como saúde, tecnologia e pesquisa, entre outras. Romero Jucá também é autor do PLS nº 654/2015 (Projeto de Lei do Senado) que cria o “fast track” para o licenciamento ambiental, “cortando etapas”

Michel Temer prometeu uma equipe de notáveis, mas entregou um ministeriado sem mulheres e repleto de políticos investigados por corrupção, desvio de verbas e citações na Operação Lava Jato

e tornando mais rápido (e isso está sendo defendido mesmo depois da tragédia em Mariana/MG).

- O fim o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) que vinha construindo e consolidando políticas públicas para o fortalecimento da agricultura familiar como forma de garantir a segurança alimentar no país e a permanência digna dos trabalhadores no campo.
- As pastas de Direitos Humanos, Mulheres e Igualdade Racial, que perderam o status de ministério, agora estão submetidas ao Ministério da Justiça tendo à frente um ex-advogado de Eduardo Cunha e do PCC e ex-secretário de Segurança Pública de SP, famoso pela violência contra estudantes e manifestantes em geral.

- O novo Gabinete de Segurança Institucional, ao qual está vinculado a ABIN, sendo comandado por general cuja família é toda ligada à tortura e violências similares (avô, pai, tio e ele defendeu o pai e atacou a Comissão Nacional da Verdade).
- A exoneração ilegal do diretor-presidente da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), cujo mandato aprovado pelo Conselho Curador da instituição seria de quatro anos (ele só poderia ter o mandato interrompido se cometesse faltas graves).
- A nova “reforma” da Previdência que se avizinha, com a flexibilização das leis trabalhistas.
- O governo golpista ter nomeado para o Ministério da Saúde o deputado Ronaldo Barros (PP-PR), que foi relator do Orçamento 2016, e que declarou que despesa com servidores é “alta e, evidentemente, um eventual congelamento deve ser considerado”. Ele ganhou a pecha de vilão do Orçamento deste ano por ameaçar cortar R\$ 10 bilhões do Bolsa Família.

Vamos deixar isso continuar e se aprofundar cada vez mais? Parece que Tiririca estava errado - pior do que estava já ficou e o buraco vai cada vez mais para baixo.



Reação dos servidores ao golpe

Os servidores têm atendido às convocações do Sindsep-DF, da CUT e da Condsef para combater o golpe. Mas é preciso intensificar a participação da categoria nas atividades. Unificar as diversas iniciativas, coletivos, frentes, associações de servidores que se mobilizam pela Democracia, pelos direitos, contra o golpe, por fora Temer, é o caminho para extinguir a tentativa de golpe.

Foi unificando trabalhadores dos diferentes ministérios, ainda nos tempos da ditadura, que construímos o Sindsep-DF, impusemos a Lei 8.112, até outros direitos. **Toda quarta-feira, às 18h30, temos plenária no Sindsep-DF para organizar a luta.** Veja no nosso site os coletivos de servidores que já estão formados e acompanhe as suas ações e documentos produzidos.

MPs materializam projeto dos golpistas

Michel Temer não perdeu tempo e assim que o golpe foi instituído, publicou no Diário Oficial da União (DOU) as medidas provisórias (MP) 726 e 727, ambas de 12 de maio. A primeira, promove o desmonte do serviço público, e a outra garante o lucro das empresas privadas a custos sociais, trabalhistas e ambientais, garantindo a retomada do processo de desestatização da economia conduzido por Fernando Henrique Cardoso, entregando para a iniciativa privada as empresas estatais que interessarem ao capital privado. Leia mais no nosso site.

Em defesa das conquistas dos servidores

As conquistas da Campanha de 2015 dos servidores precisam passar pelo Congresso Nacional e os servidores devem ficar atentos para evitar qualquer retirada de direitos, em especial no que tange a incorporação das Gratificações de Desempenho (GDs) aos proventos de aposentado-

ria ou de pensão, conforme acordo com o Governo Dilma, e previsto nos projetos de lei (PLs 4250, 4251, 4252, 4253, 4254/2015) que reajustam a remuneração do funcionalismo em 10,8%, em duas parcelas em agosto 2016 e janeiro de 2017.

Também é necessário ficar atento

a possíveis projetos do governo golpista para inviabilizar as discussões em Grupos de Trabalho de reivindicações específicas de diversos setores da nossa base; além de intensificar os ataques aos planos de saúde de autogestão em benefício de planos privados de saúde.



Plenária Nacional da Condsef -10/06 – 9h – auditório do Sindsep-DF

OBS: os delegados à Plenária serão eleitos em assembleias setoriais nos locais de trabalho. Veja calendário no nosso site.